

Comissões votam restrição à publicidade de tabaco

Em reunião marcada para as 10h de hoje, os integrantes da CCJ e da CAS vão apreciar projeto, já aprovado pela Câmara dos Deputados, que permite a propaganda de cigarros exclusivamente no interior dos pontos de venda



O projeto de lei em exame nas duas comissões do Senado estabelece multa de até R\$ 100 mil para os infratores

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) realizam hoje reunião conjunta para votar o projeto que restringe a propaganda de cigarros e outros produtos fumígenos ao interior dos pontos de venda. Apresentada pelo Executivo, a proposta já foi aprovada pelos deputados federais.

PÁGINA 3

PLENÁRIO ANALISA PROPOSTA DE PLEBISCITO PARA CRIAR NOVO ESTADO

O Plenário do Senado aprecia hoje projeto do senador Mozarildo Cavalcanti que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Solimões, que seria formado por área desmembrada do Amazonas. Os senadores devem votar ainda o projeto que institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel).

PÁGINA 2



Os senadores também prosseguirão a discussão sobre a emenda que reduz as sessões conjuntas do Congresso

Produtos incluídos nos incentivos fiscais

- Telefones celulares
- Monitores de vídeo
- Programas para computadores
- Produtos como componentes eletrônicos
- Equipamentos baseados em técnica digital

Ficam de fora da lei

Equipamentos de áudio, vídeo, lazer e entretenimento

CAE debate incentivos para a informática

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza audiência pública, a partir das 10h, para discutir o projeto da nova Lei de Informática. Entre os debatedores, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e o vice-governador do Amazonas, Samuel Hanan.

PÁGINA 3



Amir Lando aceita idéia de reajustar o salário mínimo em duas parcelas

CMO recebe relatório preliminar sobre receitas para 2001

PÁGINA 5



Começa exame de transferências de jogadores

Representante do BC fala hoje sobre supostas irregularidades em operações cambiais relativas a negociações de jogadores para o exterior.

PÁGINA 5

Financiamento público de campanhas na pauta da CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) discute hoje projeto de lei do senador Sérgio Machado que prevê o financiamento público das campanhas eleitorais. Outros 17 itens poderão ser apreciados pela comissão.

PÁGINA 4

Plenário delibera sobre plebiscito para novo estado

Relator propõe consulta a respeito da criação de três territórios dentro do Amazonas

O Senado vota hoje projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) convocando plebiscito sobre a criação do estado do Solimões. O parlamentar afirma que a área territorial do Amazonas (1,6 milhão de quilômetros quadrados) impede a atuação eficiente do Estado e condena as populações dos municípios mais distantes à carência de condições mínimas de saúde, saneamento, transporte e educação.

De acordo com o projeto, o plebiscito será realizado nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos, Japurá, Marã, Tonantins, Santo Antônio do Itá, Fonte Boa, São Paulo de Olivença, Amaturá, Jutá, Juruá, Uarini, Alvarães, Tefé, Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, Carauari, Itamarati, Pauini, Boca do Acre, Envira, Eirunepé, Ipixuna e Guajará, cujo desmembramento propiciará a criação do novo estado.

Mozarildo argumenta que o próprio texto das Disposições Constitucionais Transitórias reconhece a necessidade de criação de novas unidades federativas na Amazônia Legal, como forma de auxiliar o desenvolvimento daquela parte do território nacional.

Em seu parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM), considerou o projeto inadequado, por determinar que o plebiscito seja

realizado apenas nos municípios que serão desmembrados. Ele quer que o plebiscito abranja todo o estado do Amazonas, e seu substitutivo prevê a convocação de um plebiscito sobre a criação, não de um novo estado, mas de três territórios federais em áreas do Amazonas.

Também hoje o Senado delibera



Mozarildo, autor do projeto: grande área territorial impede ação do Estado

sobre projeto criação do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel). Seu objetivo é estimular a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias, incentivar a capacitação de recursos humanos, gerar empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, a fim de ampliar a competição nas indústrias do setor.

Ainda hoje, realiza-se em Plenário o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que reduz as hipóteses de sessões conjuntas do Congresso. Pela proposta, o Senado e a Câmara passarão a se reunir apenas para a inauguração da sessão legislativa, posse do presidente da República, promulgação de emenda constitucional e recepção a chefe de Estado. Lúcio Alcântara considera um equívoco o Congresso realizar tantas sessões conjuntas, inclusive para a apreciação da lei orçamentária e de vetos do presidente da República.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

10h45 — Recebe o almirante-de-esquadra Sérgio Florêncio Chagastelles, comandante da Marinha
11h — Recebe o coronel Rui Sampaio Silva, comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal, acompanhado do coronel Márcio Augusto Cunha do Amaral, comandante da Academia de Polícia Militar do Distrito Federal
13h — Almoço com o tenente-brigadeiro-do-ar Carlos de Almeida Baptista Damasceno, comandante da Aeronáutica. *Edifício-Sede do Comando da Aeronáutica*
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária



PLENÁRIO

14h30 — *Sessão deliberativa ordinária*
Pauta: PLC nº 47/99, que institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funntel); segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 88/99, altera os artigos 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional; PDL nº 236/99, que renova a permissão outorgada à Rádio Alvorada FM para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade do Rio de Janeiro (RJ); PDL nº 250/99, que renova a concessão da Rádio Cultura OM de Assis (SP); PDL nº 266/99, aprova o ato que renova a permissão da Jornal de Rio Claro para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Claro (SP); PDL nº 20/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Solimões; Mensagem nº 179/2000, que solicita a retirada da Mensagem nº 156/2000, através da qual submete à deliberação do Senado o nome de Alfredo Carlos de Oliveira Tavares para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República Dominicana; e Requerimento nº 531/2000, do senador José Alencar, solicitando que a PEC nº 2/2000 seja desamparada das PECs nºs 77/99 e 22 e 28, de 2000.

COMISSÕES

10h — *Comissão de Assuntos Econômicos*
Pauta: audiência pública destinada a instruir o PLC nº 49/99, que altera a Lei nº 8 248/91, a Lei nº 8 387/91 e o Decreto-Lei nº 228/67, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação, com a presença do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel; dos secretários-executivos dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Benjamin Sicsú, e da Ciência e Tecnologia, Carlos Pacheco, e do vice-governador do estado do Amazonas, Samuel Assayag Hanan. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — *Reunião extraordinária conjunta das comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania*
Pauta: PLC nº 47/2000, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala Florestan Fernandes*

10h — *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*
Pauta: PEC nº 57/95, altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; PLC nº 47/2000, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas; PLS nº 351/99, altera o art. 32 da Lei nº 9.605/98, para determinar aumento de pena na hipótese que especifica; PLC nº 56/2000, que cria cargos na carreira de policial federal; PLC nº 57/2000, que dispõe sobre a identificação criminal; PLC nº 58/2000, altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 9.034/95, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminais; PLS nº 302/99, que dispõe sobre a proibição da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal; PEC nº 77/99, que imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição federal; emendas de plenário nºs 1, 2 e 3 ao PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar; PLC nº 32/2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação; PLS nº 27/99, altera os artigos 338, 340, 342 e 344 da Lei nº 3.071/16 (Código Civil), referentes a investigações de paternidade; PLS nº

654/99, que dispõe sobre encargos financeiros incidentes no crédito rural nas áreas da Sudam e da Sudene; PLS nº 353/99, que dispõe o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos; PLS nº 112/2000, acrescenta artigo à Lei nº 9.504/97, que estabelece hipóteses de cassação de registro de candidatura ou de perda de mandato; PEC nº 87/99, altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo 8º do art. 144 — constituição de guardas municipais); PLS nº 669/99, altera dispositivo da Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos;

PDL nº 34/93, aprova o texto da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes; e PLS nº 130/99, proíbe divulgação de pesquisas eleitorais no período que determina, mediante o acréscimo de parágrafo ao art. 33 da Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

11h30 — *Comissão de Educação*
Pauta: PLS nº 286/99, que dispõe sobre a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão e fixa cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta; PLS nº 69/2000, que determina a obrigatoriedade do uso do Sistema de Legendamento Oculto na Veiculação de Mensagens do Poder Público pelas Emissoras de Televisão; PLS nº 505/99, que inclui conteúdos de Educação Ambiental nos currículos da educação básica e superior; PLS nº 140/2000, que denomina Rodovia Otávio Corrêa de Melo trecho da BR-401 (RO); PLC nº 26/2000, altera dispositivos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e PDLs aprovando atos de renovação de concessão e de outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

16h — *Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*
Pauta: apreciação do relatório preliminar, com as emendas, apresentado à proposta orçamentária para 2001. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

Após a Ordem do Dia — *CPI do Futebol*
Pauta: audiência pública com o depoimento do chefe do Departamento de Ilícitos Cambiais e Financeiros do Banco Central, Ricardo Liao. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Após a Ordem do Dia — *Comissão de Assuntos Econômicos*
Pauta: apresentação das cinco emendas da comissão ao Orçamento de 2001. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

PREVISÃO PLENÁRIO

Quarta-feira
10h — *Sessão deliberativa ordinária*
Pauta: PDL nº 267/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Musical para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jacaré (SP); PDL nº 295/99, aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Excelsior de Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio Claro (SP); PDL nº 11/2000, aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Rio Bonito para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palmas (TO); PDL nº 101/2000, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Alvorada FM de Salinas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salinas (MG); e substitutivo ao PLS nº 30/99, altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição federal, e institui normas para licitações e contratos de administração pública.

COMISSÃO

Quarta-feira
9h — *CPI do Futebol*
Pauta: audiência pública com a presença do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

ESPECIAL

Quarta-feira
12h — *Cultura ao Meio-Dia*
Filme: *Pânico no Lago*, de Steve Miner. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CAE debate hoje em audiência pública incentivos à informática

O secretário da Receita Federal e outras autoridades discutirão, entre outros pontos, a isenção de IPI para celular e monitores de vídeo

A inclusão de monitores de vídeo e aparelhos de telefonia celular entre os produtos de informática que podem receber isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em todo o país é o ponto considerado mais controverso do substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao projeto de lei da Câmara que redefine os incentivos para o desenvolvimento da informática no Brasil.

Para esclarecer esse e outros pontos da proposta, a partir das 10 horas de hoje, a Comissão

de Assuntos Econômicos (CAE) realizará audiência pública, com a presença do vice-governador do Amazonas, Samuel Assyag Hanan; do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel; do secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Benjamin Sicsú; e do secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Carlos Pacheco.

Atualmente, monitores de vídeo e telefones celulares são fabricados com incentivos na Zona Franca de Manaus (ZFM), mas, se a proposta de Suassuna for aprovada,



Autor do substitutivo em análise, Suassuna acha que o debate permitirá esclarecer as dúvidas dos senadores sobre a matéria

poderão vir a ser produzidos em todo o país, com isenção de IPI, por empresas que já tenham projetos de investimento aprovados. Para os representantes do Amazonas, tal medida acarretaria grandes prejuízos para o estado, com o esvaziamento da ZFM, que ficaria limitada a produzir equipamentos de áudio e vídeo.

Como presidente da CAE, Suassuna acredita que a audiência pública será o momento propício para que os senadores da comissão tirem dúvidas sobre o impacto que o substitutivo poderá ter. Os da-

dos apresentados pelo governo federal e por técnicos do Amazonas, segundo o relator, não coincidem e, no debate, poderão ser detalhados e esclarecidos.

A proposta de Suassuna mantém percentuais diferenciados de dedução de IPI às empresas localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que investirem na pesquisa e no desenvolvimento da informática no país. Nessas regiões, as empresas ficam isentas do tributo federal até o final de 2001, chegando a 2009 com uma redução de 77% do IPI. Já empresas do Sul e do Sudeste começarão a pagar 5% do IPI em 2001 e, em 2009, terão de arcar com 30% do valor total do imposto.

Enquanto durar a isenção, as indústrias de informática permanecerão obrigadas a investir 5% de seu faturamento em atividades de pesquisa e desenvolvimento. Pelo projeto de lei da Câmara, esse percentual será reduzido ano a ano, de acordo com a progressividade do pagamento do IPI.

— O projeto é bastante oportuno ao prorrogar a isenção do IPI, com a retirada gradual dos incentivos fiscais, de forma a proporcionar às empresas brasileiras condições de se adaptar à concorrência estrangeira — afirma Ney Suassuna em seu parecer.

CE examina projeto que prevê envio à Justiça de nomes de alunos faltosos

Enviar ao Conselho Tutelar do Município e ao juiz competente da Comarca a relação dos alunos com 25% de faltas não justificadas a cada bimestre é o que propõe projeto de lei da Câmara dos Deputados que será apreciado pela Comissão de Educação (CE) às 11h30 de hoje. A proposta modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A relatora, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), já antecipou que apresentará parecer favorável, acrescido de uma emenda. Ela pretende introduzir modificação para definir a atribuição do Conselho Tutelar de enviar a relação dos alunos faltosos ao Ministério Público. Já o senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentará voto em separa-

do pela rejeição da matéria.

Na mesma reunião, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) deverá apresentar parecer favorável a projeto de lei que dispõe sobre a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão. Pedro Simon optou por emenda que exclui o artigo 6º da proposta, que prevê a regulamentação da lei no prazo de 90 dias após sua publicação.

Também integra a pauta da CE projeto que denomina "Rodovia Luiz Otávio Corrêa de Melo" trecho da rodovia BR-401, em Roraima, e cinco projetos de decreto legislativo que tratam da concessão para executar serviço de radiodifusão.



O parecer da relatora, Emilia Fernandes, é favorável à aprovação da matéria



Para Arruda, o tabagismo "é um mal para o qual a sociedade tem de criar anteparos"

Integrantes da CCJ e da CAS votam restrições à publicidade de fumo

O projeto de lei que reduz a publicidade de produtos fumígenos a cartazes instalados no interior dos pontos de venda será votado hoje, a partir das 10h, em reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS).

A matéria, de autoria do Poder Executivo e já aprovada pela Câmara dos Deputados, é relatada em ambas as comissões pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

De acordo com o texto aprovado pelos deputados federais, a publicidade de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno (mesmo que não derivado do tabaco) somente será permitida em pôsteres, painéis e cartazes colocados na parte interna dos pontos de venda.

A multa aos infratores, que hoje vai de R\$ 1.410 a R\$ 7.250, passa a variar de R\$ 5 mil a R\$ 100 mil, no novo projeto.

AUDIÊNCIAS

A CAS e a CCJ já realizaram duas audiências públicas conjuntas para debater o tema. Na primeira, falaram os juristas e ex-parlamentares Marcelo Cerqueira e Josaphat Marinho.

Na segunda audiência, estiveram presentes o presidente da Comissão Antitabagista da Associação Médica Brasileira (AMB), José Rosemberg; o presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Hainsi Gralow; o representante da Associação Brasileira da Indústria do Fumo, Milton de Carvalho Cabral; o presidente do Instituto Nacional do Câncer, José Kogut; o presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), Gilberto Leifert; o re-

presentante da Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner), Murilo de Aragão; e o representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Alex Kruel Jobim.

Nas audiências públicas, o relator afirmou que a discussão é cultural, envolvendo idéias e costumes da população, e enfatizou que a decisão do Parlamento pode alterar práticas arraigadas de toda a sociedade brasileira. Ele disse também ter uma "convicção pessoal" de que a invasão epidemiológica do tabagismo "é um mal para o qual a sociedade tem de criar anteparos". Para ele, "a publicidade do cigarro tenta promover a falsa impressão de que quem fuma é poderoso, bem-sucedido, bonito", embora o consumo do produto tenha consideráveis custos sociais, humanos e econômicos.

DESEMPREGO

Mesmo colocados na parte interna dos pontos de venda, os anúncios comerciais não poderão, de acordo com a proposição em exame nas duas comissões, associar o produto a práticas esportivas, nem incluir crianças e adolescentes. A proposta também proíbe a publicidade, venda ou distribuição pelo correio e o patrocínio a atividade cultural ou desportiva.

Para prevenir o desemprego em massa no setor, o projeto de lei estabelece que os trabalhadores ou produtores fumageiros prejudicados serão deslocados para atividades compatíveis e receberão ajuda proveniente de recursos de fomento agrícola e de combate a desemprego, de origem pública e privada.

Estados e municípios prejudicados também serão recompensados pela União.

CCJ aprecia financiamento público de campanhas

Constam também da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania os projetos de regulamentação da previdência complementar mantida pelos três níveis de governo e de estímulo à interação universidade-empresa

Entra em pauta hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), apenas dois dias após o segundo turno das eleições municipais, projeto de lei apresentado pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que prevê o financiamento público das campanhas políticas. Outros 17 itens serão apreciados pela comissão, entre os quais os projetos de regulamentação da previdência complementar mantida pelos três níveis de governo e de estímulo à interação universidade-empresa.

O projeto de Sérgio Machado amplia de R\$ 0,35 para R\$ 7, nos anos em que se realizarem eleições, o valor que, multiplicado pelo número de eleitores alistados na Justiça Eleitoral até 31 de dezembro do ano an-

terior, constituirá a dotação orçamentária destinada ao alistamento e às campanhas eleitorais. Uma pequena parcela dos recursos do fundo – 1% do total – será distribuída de forma equitativa para todos os partidos, conforme a proposta. Os demais 99% seriam distribuídos entre os partidos que tenham representação na Câmara dos Deputados, segundo a proporção das bancadas.

A proposta de regulamentação dos fundos de pensão volta a exame da comissão para que sejam discutidas três emendas apresentadas



Projeto de Machado prevê financiamento público das campanhas

em Plenário pelos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Heloísa Helena (PT-AL). Todas receberam parecer favorável do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS). A emenda de Arruda destina-se a evitar que os fundos venham a exercer controle de sociedades anônimas. As emendas de

Heloísa procuram reforçar a composição paritária do conselho deliberativo de cada fundo, entre representantes de participantes e dos patrocinadores.

O projeto que institui contribuição de intervenção de domínio eco-

nômico destina-se a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação Tecnológica. Relator da matéria na CCJ, José Fogaça é favorável à criação do tributo, a ser recolhido pelas empresas detentoras de licença de uso ou adquirentes de conhecimentos tecnológicos.

De autoria do Poder Executivo, a proposta tem o objetivo de estimular o desenvolvimento tecnológico no país, a partir do financiamento de programas de pesquisa científica e tecnológica realizados em parceria entre universidades, centros de pesquisa e setor produtivo. Empresas signatárias de contratos que envolvam transferência de tecnologia, firmados com residentes ou

domiciliados no exterior, pagariam essa contribuição, a ser recolhida pelo Tesouro Nacional e destinada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Em seu parecer, Fogaça propôs uma emenda ao texto original, reduzindo de 25% para 15% a incidência do Imposto de Renda na fonte sobre os valores remetidos para o exterior a título de pagamento de serviços e assistência técnica.

Integra também a pauta da comissão projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que proíbe o uso da expressão “boa aparência” em anúncios para admissão em emprego. O relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), emitiu parecer favorável à proposta.

Partidos e governo devem ouvir o recado das urnas, diz Antonio Carlos

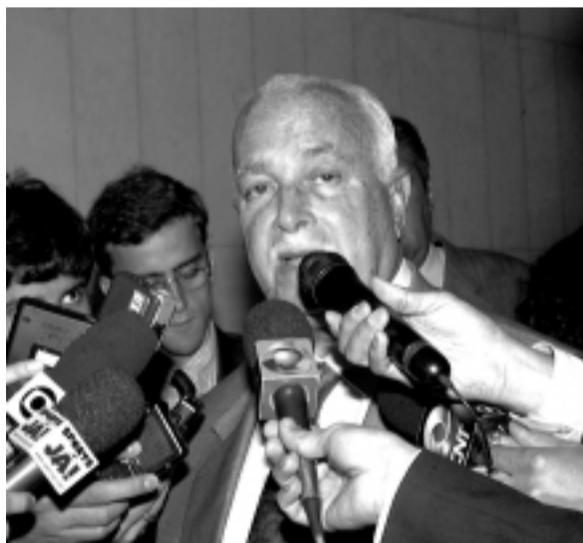
O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que o crescimento do Partido dos Trabalhadores com os resultados obtidos nos dois turnos das eleições, principalmente nos grandes centros urbanos, deve ser visto como um “recado das urnas” tanto pelo seu partido, o PFL, como pelas demais legendas e pelo governo federal.

– Todos nós devemos fazer uma revisão. Acho que na Bahia preciso menos, porque ganhei. Devemos voltar a atenção para programas sociais – enfatizou Antonio Carlos.

O senador afirmou que não se pode demorar com um projeto de erradicação da pobreza, como, a seu ver, está ocorrendo na Câmara. Ele voltou a defender a busca de uma solução para o aumento do salário mínimo e para o pagamento da correção dos saldos do FGTS, como determinou a Justiça.

– Evidentemente, é preciso ver as possibilidades que o governo tem para cumprir essas metas, passando por negociações com os trabalhadores – observou.

Antonio Carlos disse ainda que esse recado também deve ser ouvido pelo Poder Judiciário, criticando a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, que considerou legal a reposi-



Antonio Carlos defende atenção para programas sociais

ção de 11,98% aos funcionários daquele Poder.

– O Judiciário tem sido perverso ao dar aumento para os que ganham mais, inclusive eles próprios, e não dar o aumento normal para aqueles que ganham menos. Ele precisa ter mais espírito público – afirmou o senador.

Ainda referindo-se aos resultados das eleições, Antonio Carlos observou que, embora as vitórias credenciem o PT para as eleições presidenciais de 2002, os petistas dependerão de futuras composições que o partido venha a fazer e também do teste da boa administração pública por que as prefeituras deverão passar.

O senador afirmou ainda que,

mesmo não tendo vencido em algumas capitais, o PFL demonstrou ser um partido forte, já que nos locais onde perdeu ficou poucos pontos percentuais abaixo do vencedor. “O PFL não é um partido derrotado. Eleição é assim. Às vezes se perde, às vezes se ganha”, lembrou.

Antonio Carlos não quis anunciar posições sobre a reforma política, mas informou que ainda esta semana irá se reunir com as lideranças de seu partido para discutir as sugestões a serem apresentadas. Ele disse que deve conversar com o presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), e com o vice-presidente da República, Marco Maciel, sobre o assunto.

Osmar Dias convida Lerner para discutir situação do Paraná

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) convidou o governador do Paraná, Jaime Lerner (PFL), para uma conversa sobre a situação administrativa do estado. O convite, feito ontem da tribuna do Senado, foi motivado por entrevista dada por Lerner a uma rádio do Paraná, externando sua frustração por não ter podido participar da campanha do prefeito reeleito de Curitiba, Cássio Taniguchi (PFL), por decisão da coordenação da campanha.

Para o senador, o fato de ter sido impedido de participar da campanha deveria levar Jaime Lerner a refletir sobre suas atitudes no governo e a administrar melhor. “Além disso, ele deveria investigar e punir os corruptos do governo estadual. Estou à disposição, no Senado, para ajudar a apurar a verdadeira situação financeira do estado, que tem uma dívida de R\$ 15 bilhões”, afirmou.

O senador enumerou, entre as irregula-

ridades, a venda do Banco do Estado do Paraná por preço subavaliado, de acordo com declaração do próprio comprador.

Osmar Dias cumprimentou o prefeito reeleito pela vitória e o aconselhou a evitar calúnias e difamações contra seus adversários políticos. Para ele, Taniguchi teve uma falsa vitória, uma vez que a diferença pequena de votos se deu em consequência da “campanha milionária” do PFL, com uso da máquina administrativa. “O partido ganhou na capital mas levou uma surra no interior”, disse.



Osmar Dias: Paraná deve hoje R\$ 15 bilhões

Valadares quer proibir boca-de-urna

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou projeto de lei que proíbe a propaganda eleitoral, inclusive a de boca-de-urna, mesmo a título gratuito, no dia da eleição. Segundo a proposta, fica proibida a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, mediante publicações, faixas, outdoors, adesivos, cartazes, camisetas, bonés, botões ou dísticos em vestuários, no dia da eleição.

O projeto de Valadares proíbe também a abertura de postos de divulgação ou de entrega de material de propaganda de partidos ou de seus candidatos em dia de eleição. A pena proposta é de seis meses de detenção, multa de 5 a 20 mil Ufirs ou prestação de serviços à comunidade. O projeto prevê a cassação do registro, se o responsável pela infração for o próprio candidato.

Ao justificar a proposta, Valadares diz que é preciso uma lei que discipline a propaganda durante o período de votação e que coíba os abusos na chamada “boca-de-urna”, prática que considera nociva.

– A boca-de-urna é a artimanha mais utilizada pelos candidatos, principalmente os de maior poder aquisitivo, para disfarçar a efetiva e vergonhosa compra de votos, sob a capa de propaganda voluntária de eleitores – explicou o senador.



Valadares: contra a “artimanha” da boca-de-urna

Lando aceita aumento do mínimo em duas parcelas

No relatório preliminar sobre receitas que apresentará à Comissão Mista de Orçamento, a partir das 16h de hoje, o relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), aceitará uma sugestão do presidente da Câmara, deputado Michel Temer, para que o salário mínimo tenha aumento em duas parcelas no ano que vem. No dia 1º de janeiro, o mínimo passaria dos atuais R\$ 151 para R\$ 159, e, no dia 1º de maio, subiria novamente, para R\$ 180.

Amir Lando afirma em seu relatório preliminar que o dinheiro para o reajuste do mínimo deverá sair da cobrança de Imposto de Renda das aplicações financeiras dos fundos de pensão, do combate à sonegação e de uma reestimativa das receitas. Ele só apresentará os números dessa reestimativa no final de novembro, depois que o Ministério da Fazenda encaminhar ao Congresso o comportamento da arrecadação no segundo trimestre deste ano. O projeto orçamentário que chegou ao Congresso trabalha baseado na arrecadação obtida até junho.

O relatório registra estudos do comitê de receitas, integrado por deputados e senadores da Comissão



Amir Lando apresentará reestimativa das receitas no final de novembro

Mista, mostrando que o Orçamento original do Executivo não incluiu o aumento da inflação em junho e julho deste ano (IGP-DI da FGV), decorrente de aumentos de tarifas e combustíveis. O comitê acredita que o pequeno acréscimo inflacionário poderá gerar aumento

de receitas nos meses seguintes. Além disso, o comitê avaliou que as arrecadações de CPMF e da Contribuição Financeira para a Seguridade Social (Cofins) ficarão acima das previsões enviadas ao Congresso.

Antes da reunião da comissão hoje, Amir Lando se encontrará com Michel Temer para discutir o reajuste do mínimo em duas parcelas. Depois, às 14h, Lando e o presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), se reunirão com representantes de lideranças partidárias para acertar alguns pontos do relatório preliminar sobre receitas. Lando não mencionará no documento os valores do salário mínimo nas duas parcelas, mas aceitará emendas para que toda arrecadação adicional seja destinada a um fundo, que sustentará a Previdência Social, a qual paga o piso a 12,3 milhões de aposentados.

Ricos devem pagar elevação do salário, diz senador

A elevação do salário mínimo para R\$ 180 deve ser paga pelos ricos, na opinião do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que analisou ontem as alternativas em debate para financiar o aumento. Ele repudiou as sugestões no sentido de que o Imposto de Renda (IR) seja cobrado na forma de alíquota única para todos os contribuintes e de que os aposentados sejam obrigados a descontar para a Previdência.

Segundo o senador, a alíquota única para o IR prejudicaria a classe média, principalmente na faixa de renda compreendida entre R\$ 2 mil e R\$ 5 mil. Em sua opinião, o ideal seria criar alíquotas progressivas variando entre 3% e 18%, com a possibilidade de fim das deduções.

— A classe média já está bastante sacrificada — disse Rocha.

A taxa das aplicações financeiras de fundos de pensão é con-

siderada uma boa medida pelo senador, que também defendeu a criação de um fundo constituído de várias fontes para bancar o aumento do mínimo. Entre essas fontes estariam os recursos da ordem de R\$ 500 milhões relativos a emendas de comissões e de bancadas regionais ao Orçamento da União. Nesse caso, os parlamentares abririam mão de garantir verbas para seus estados e regiões, permitindo que o dinheiro ficasse à disposição do fundo.

Sebastião Rocha disse acreditar que a discussão sobre o salário mínimo realizada no ano passado pareceu infrutífera, mas acabou criando condições políticas para que este ano esteja sendo definido o valor do mínimo para 2001: R\$ 180. Essa quantia ainda está aquém dos US\$ 100 (R\$ 191) defendidos pelo senador.



CPI ouve hoje o chefe do Departamento de Ilícitos Cambiais e Financeiros do Banco Central, Ricardo Liao

Representante do BC fala sobre transferências de jogadores

Supostas irregularidades nas operações cambiais relativas à negociação de atletas com clubes do exterior serão o tema da reunião da CPI

A comissão parlamentar de inquérito do Senado que está investigando o futebol brasileiro ouvirá hoje, após a Ordem do Dia, o chefe do Departamento de Ilícitos Cambiais e Financeiros do Banco Central, Ricardo Liao. Ele representará o presidente da instituição, Armínio Fraga. Segundo o presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), o tema principal do depoimento serão as supostas irregularidades nas operações cambiais resultan-



tes da negociação de jogadores com clubes do exterior.

Em entrevista concedida a jornalistas na tarde de ontem, Álvaro Dias criticou as declarações do presidente da Fifa, Joseph Blatter, de que não aceitaria a convocação de árbitros e membros dos tribunais de Justiça Desportiva para depor na CPI. O presidente da comissão parlamentar de inquérito disse que a afirmação de Joseph Blatter só fortalece sua con-

vicção de que a investigação que o Senado vem desenvolvendo é imprescindível para o futuro do futebol brasileiro.

Sobre a possibilidade de o Brasil vir a ser excluído de uma Copa do Mundo, Álvaro Dias afirmou que a Fifa precisa muito mais que o país participe da competição do que o contrário. “Uma Copa do Mundo sem o Brasil seria a mesma coisa que um campeonato brasileiro sem os grandes clubes do país, como o Corinthians, o Flamengo, o Vasco, o Palmeiras...”, disse o presidente da CPI.

ACM critica afirmação do presidente da Fifa

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou “uma ousadia” as declarações do presidente da Fifa, Joseph Blatter, que ameaçou excluir o Brasil da próxima Copa do Mundo caso as investi-

gações das CPIs questionem a atuação de instituições esportivas.

— É uma ousadia ele querer intrometer-se em assuntos nossos. Se ele ameaça o Brasil de não ir à Copa, também é preciso ver que

uma Copa sem o Brasil é uma Copa capenga — avaliou o senador, acrescentando que o país fará o necessário para moralizar o futebol para poder participar do campeonato de “cabeça erguida”.

Sebastião Rocha repudia ameaça de Blatter

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) criticou o presidente da Federação Internacional de Futebol (Fifa), Joseph Blatter, que teria ameaçado excluir o Brasil da Copa do Mundo de 2002 caso o Congresso mantenha a decisão de investigar irregularidades e crimes no futebol brasileiro por meio de comissões parlamentares de inquérito (CPIs). A possibilidade de exclusão do Brasil foi confidenciada “a amigos” pelo presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, após encontro

com Blatter, segundo a revista *Época* desta semana.

— O Brasil não é quintal da Fifa. Isso é mania de europeu e americano achar que pode mandar aqui, com a Fifa ou o Fundo Monetário Internacional — disse o senador.

Rocha salientou que as CPIs devem agir com cautela, já que estarão investigando o que se passa no esporte que é a maior paixão do brasileiro, mas não podem deixar de esclarecer todas as denúncias relevantes.



Sebastião Rocha afirma que “o Brasil não é quintal da Fifa”

Brasil melhora posição para investimentos, diz Gilvam

O Brasil alcançou melhor posição no mercado internacional com relação ao grau de risco para investimentos, conforme relatório publicado pela Agência Moody's, citado pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Ele disse que nesse relatório o país é alçado a uma posição superior à obtida dois anos atrás:

— Apesar de ainda não ter entrado no seleto grupo de países considerados de baixo ou baixíssimo risco, como Estados Unidos, Japão e Noruega, a melhoria do posicionamento brasileiro no respeitável relatório da Moody's é um forte indicador para o investidor internacio-

nal que, a partir de agora, sentir-se-á mais seguro e inclinado a investir seu dinheiro no Brasil — afirmou Gilvam.

Além de atrair capitais internacionais, esse novo status trará significativos reflexos para o custo dos empréstimos tomados no exterior pelas empresas nacionais, “que terão muito mais facilidade em obter crédito nas instituições financeiras internacionais, a uma taxa de juros menor, à medida que os juros embutidos nos empréstimos privados externos espelham o grau de risco do país onde a empresa está sediada”, disse.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — Senador Júlio Eduardo e a dra. Hitomi Miura, presidente da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia, falam da maternidade segura e da saúde reprodutiva
7h30 — *Entrevista* — Senador Agnelo Alves faz balanço das atividades parlamentares
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Educação Especial — Bem além dos limites
9h — *Cores do Brasil* — Cerrado
9h30 — *Entrevista* — Senador Sebastião Rocha fala sobre o uso do silicone no organismo
10h — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — CPI do Futebol (ao vivo)
20h30 — *Entrevista* — Senador Sebastião Rocha fala sobre o uso do silicone no organismo
21h — *Jornal do Senado*

21h30 — Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10 — Comissão de Assuntos Econômicos
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsaf: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4

Antena Parabólica — Sistema Analógico:

• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência — 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Álvaro Dias volta a atacar privatização do Banestado

Para o senador, a venda do banco foi lesiva aos interesses do Paraná. Ele acusa o governador de “doar” a instituição ao Itaú

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) voltou a atacar em Plenário, ontem, a privatização do Banco do Estado do Paraná (Banestado), a seu ver lesiva aos interesses do estado. O senador acusou o governador Jaime Lerner de, na prática, doar a instituição ao banco Itaú. Ele classificou de “catástrofe” a venda do banco — avaliado pelo Banco Fator em R\$ 434 milhões, apesar de o valor do patrimônio líquido do Banestado chegar a R\$ 535 milhões e do crédito tributário existente ser de R\$ 1,48 bilhão. Além disso, ele lembrou que o governo federal, através do Proer, injetou R\$ 5 bilhões para sanear a instituição.

O senador salientou a importância econômica do Banestado, que chegou a ser o 7% do ranking de instituições financeiras e era a única alternativa de crédito para os pequenos agricultores e para os aposentados paranaenses. Ele



Álvaro acredita que a venda do Banestado foi uma verdadeira “catástrofe”

criticou também a concessão de diversos privilégios, no edital de licitação, favorecendo o comprador. Álvaro criticou a inexistência de qualquer cláusula que impedisse a demissão em massa e o fechamento de agências, que já se

Lauro critica revista que publicou foto de sua casa

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou ontem reportagem publicada pela revista *Veja* dessa semana, que o aponta como beneficiário do auxílio-moradia, apesar de residir em Brasília. Lauro Campos lamentou o tom da reportagem que publicou uma foto de duas páginas de sua casa no Setor de Mansões ParkWay — área nobre da capital:

— A revista está querendo dizer que sou uma espécie de ladrão, porque recebo R\$ 3,2 mil do Senado de auxílio-moradia — disse o senador.

A residência, conforme Lauro, foi construída com recursos de seu trabalho como professor universitário e de herança recebida dos seus pais e parentes. Ele acrescentou ter desenvolvido o projeto da residência e trabalhado como mestre-de-obras durante a construção:

— A casa é um projeto de vida que construí ao longo dos anos, através do meu trabalho. Foi feita para abrigar minha família e meus filhos, para que, na minha velhice, pudesse ter ao meu redor as pessoas queridas — explicou o senador.



Lauro disse que a casa é um projeto de vida, construída para abrigar a sua família

A publicação da matéria, para o senador, constitui ataque político perpetrado pela elite que não tolera um petista vivendo em condições dignas, e só admite ver seus militantes “morando debaixo da ponte”. Ele sugeriu também a participação do governador de Brasília, Joaquim Roriz, no episódio. “Ele tem medo de que os vermelhos — como o governador costuma chamar os petistas — cresçam em número tão grande que cheguem a ser igual aos glóbulos

anuncia.

Ele lamentou a cassação pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) de liminar que impedia a privatização do banco. A ação foi proposta pelos três senadores paranaenses, Álvaro Dias, Roberto Requião (PMDB) e Osmar Dias (PSDB):

— Nada mais frustrante para um senador do que ver a dilapidação do patrimônio do seu estado, em função de atos levianos praticados pela administração estadual. De nada adiantou a última tentativa dos senadores representantes do Paraná — lamentou Álvaro Dias.

O senador afirmou ainda que o contrato do governo do Paraná com o Banco Fator favoreceu a baixa avaliação do banco do estado. Segundo Álvaro Dias, a remuneração do Fator era diretamente proporcional ao ágio obtido com a venda do Banestado.

vermelhos que revitalizam o nosso metabolismo”, comparou. O senador traçou um rápido histórico de sua vida política, garantindo que, após ter disputado três eleições, jamais recebeu doações de empresários, industriais ou de quem quer que seja. “Nunca tive dinheiro nem para expor *outdoor*”, exemplificou.

APARTES

Em aparte, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que Lauro Campos poderia ficar tranquilo porque tem o respeito de todos os senadores. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) solidarizou-se com Lauro Campos, salientando a vida de lutas do representante do Distrito Federal.

O senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que a reportagem é uma atitude isolada que não deve ser levada a sério. O senador Iris Rezende (PMDB-GO) disse que, apesar de divergirem politicamente, sentia-se à vontade para solidarizar-se com Lauro Campos. E o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) acentuou que Lauro estava sendo “vítima de uma injustiça”.

Alcântara: defesa ambiental exige erradicação da pobreza

Senador lamenta que políticas públicas no país revelem timidez no enfrentamento do modelo desigual de distribuição de renda

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que o passo inicial para superar os problemas ambientais é a erradicação da pobreza. Foi essa a posição que ele afirmou ter defendido ao abrir a Semana da Educação Ambiental, promovida pelo Tribunal de Justiça do Ceará, em 16 de outubro passado, em Fortaleza.

Alcântara disse não ser um especialista em meio ambiente. Admitiu, no entanto, que a reprodução do modelo desigual de distribuição de renda e recursos à população no Brasil reflete-se, automaticamente, no descaso criminal em relação à guarda do patrimônio ecológico do país.

– Infelizmente, a timidez com que as políticas públicas no Brasil encaram esse desafio não permite vislumbrar mudanças profundas. Daí o fato de um modelo de sustentabilidade, ecologicamente avançado, não ter chegado até nós – afirmou Alcântara.

Para o senador, o problema da preservação ambiental compre-

Alcântara aponta como marco para a questão ambiental a conferência realizada em 1992 no Rio de Janeiro



ende, necessariamente, o domínio do desenvolvimento sustentável. Ele ressaltou que a consciência sobre a questão ambiental “adquiriu maturidade organizacional” a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro.

De acordo com o senador, já naquele ano cientistas, ambientalistas e lideranças políticas do mundo inteiro afirmavam que o modelo tradicional de desenvol-

vimento econômico, adotado pela maioria das nações, “estava inexoravelmente esgotado”.

Entre os aspectos mais danosos desse esgotamento, segundo ele, incluem-se o buraco na camada de ozônio, a destruição de florestas e a desertificação. No Brasil, acrescentou Lúcio Alcântara, a calamidade da desertificação atinge os estados do Nordeste, onde o Ceará tem cerca de 60% do seu território comprometido por esse processo.

Para Maguito, o crescimento econômico não é capaz por si só de eliminar miséria

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que a pobreza deve ser combatida com políticas e projetos concretos de distribuição de renda e não ancorados num possível e imaginário crescimento econômico. Maguito observou que, com esse objetivo, o Senado criou o Fundo de Combate à Pobreza. Ele discordou de economistas do Banco Mundial, para os quais o Brasil teria que crescer em média 6% nos próximos 15 anos para reduzir pela metade o número de indigentes.

Segundo o senador, o tema foi tratado no Fórum de Debates sobre Desenvolvimento e Ataque à Pobreza, realizado recentemente, em Brasília, pelo Banco Mundial. Na ocasião, foi lançado um relatório da instituição sobre o assunto. Na opinião de Maguito, nem o fórum nem o relatório trouxeram informações novas a respeito do tema.



Maguito defende a aprovação do fundo em tramitação na Câmara e projetos específicos contra a pobreza

– E talvez isso tenha sido o fato mais importante do encontro. Não há nada de novo nesse preocupante quadro da miséria brasileira e muito menos em ações que possam efetivamente diminuir a gravidade do problema – disse Maguito Vilela.

Para mudar tal quadro, o senador defendeu a efetivação do Fundo de Combate à Pobreza, a fim de socorrer pessoas que estão em situação de miséria absoluta. E sugeriu que, na votação da matéria, a Câmara mantenha os objetivos originais do projeto

aprovado pelo Senado.

O senador citou dados do Banco Mundial segundo os quais há 35 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza, ou seja, como menos de R\$ 65 mensais em cada família. Isso corresponde a 22,6% da população nacional. Na opinião de Maguito, o governo tem recursos para o setor social, mas investe mal. Em 1997, dos R\$ 103 bilhões destinados ao setor, informou, apenas 13% chegaram efetivamente aos 20% mais pobres da população.

Moreira Mendes pede o fim da retenção de estoques de café

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) defendeu ontem o fim da retenção dos estoques de café como estratégia para elevar a cotação internacional do produto. Segundo ele, o acordo firmado pelo Brasil com as demais nações exportadoras vem sendo desrespeitado, levando a uma queda de 36% na participação do Brasil nas vendas aos Estados Unidos e a elevação em 117% das vendas de café ao mesmo país por El Salvador e Nicarágua. Além disso, os preços continuam caindo.

O programa de retenção foi firmado em maio e prevê que os 140 países signatários deixem de vender 20% dos seus estoques por dois anos. Nos primeiros oito meses deste ano, o Brasil, líder entre os produtores, com 32 milhões de sacas/ano, registrou exportações no valor global de R\$ 457 milhões contra R\$ 690 milhões no mesmo período do ano passado – uma perda de 34%. De maio a outubro, o preço da saca de café caiu de R\$ 142 para R\$ 92.

Moreira disse concordar com o jornalista Luís Nassif, da *Folha de S.Paulo*, que considera a retenção uma medida ingênua. O melhor se-



Moreira diz que vários países exportadores têm desrespeitado a política de retenção de estoques

ria, para o jornalista, aumentar a produtividade. O senador lamentou que o governo tenha adotado política equivocada, mas não está cumprindo o que prometeu aos produtores: compensá-los financeiramente pela retenção dos estoques.

– Retoma-se uma prática anacrônica e que evidencia flagrante contradição com a proposta de modernização do governo – afirmou.

Em aparte, Arlindo Porto (PTB-MG) disse que a política cafeeira baseada no incentivo ao preço leva à ilusão do lucro fácil. Por outro lado, as expectativas infundadas de superprodução acabam criando clima para que os especuladores baixem os preços do café.

Patrocínio defende maior atenção para a fruticultura

Embora o Brasil seja um dos maiores produtores de frutas do mundo, ainda não consegue exportar em quantidade suficiente para aumentar a participação num mercado que movimentou, ano passado, US\$ 30 bilhões. A constatação é do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). “As autoridades econômicas ainda colocam em segundo plano os enormes benefícios que poderíamos tirar desse mercado que não pára de crescer”, afirmou.

Para ele, a fruticultura brasileira precisa definir uma diretriz global para poder ser capaz de planejar melhor o futuro e ser competitiva nos mercados internacionais. Patrocínio defende a incorporação de novas áreas para produção; o aumento da produtividade; a adoção de novas tecnologias; o incentivo à pesquisa; a melhoria da qualidade dos frutos; maior rentabilidade; a redução de perdas durante o manuseio, transporte e armazenamento; e melhor acesso aos mercados.



Para Carlos Patrocínio, o assunto tem sido colocado “em segundo plano”

Como exemplo, o senador citou os municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), às margens do rio São Francisco, onde a fruticultura é a principal atividade econômica, empregando 400 mil pessoas na região e movimentando US\$ 500 milhões por ano. Segundo Patrocínio, até 2005, a economia regional deve experi-

mentar novo surto de desenvolvimento devido aos investimentos programados por empresas brasileiras e multinacionais em fazendas equipadas com alta tecnologia. Patrocínio diz que Tocantins e todo o cerrado brasileiro reúnem as condições necessárias para reproduzir o “milagre econômico” que aconteceu em Petrolina e Juazeiro.

– Temos clima e terra para produzir as melhores frutas do mundo, mas faltam os incentivos e uma atenção maior do governo para despertar economicamente as fantásticas possibilidades que a região é capaz de realizar em pouco tempo – disse o senador.

Heloísa afirmou que vários requerimentos estão "dormindo" na comissão



Heloísa pede reunião da Comissão de Fiscalização

Em apelo dirigido ao presidente da Comissão de Fiscalização, senador Romero Jucá (PSDB-RR), a líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), pediu a convocação de uma reunião para discutir requerimentos "que estão dormindo" na secretaria da comissão. Os requerimentos referem-se à convocação de várias pessoas, para esclarecer denúncias contra o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira.

A senadora afirmou que, após uma sucessão de denúncias, o assunto foi mergulhado em silêncio, o que, perante a sociedade, "é a pior coisa que pode acontecer".

Ao ministro da Fazenda, Pedro

Malan, a senadora solicitou as respostas a requerimentos de informação a ele encaminhados e foi informada pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de que elas chegaram ao Senado no final da semana passada e hoje deverão estar disponíveis aos senadores.

Heloísa Helena também anunciou que amanhã entregará declaração abrindo o sigilo bancário e fiscal de suas contas e de seus familiares e assessores. A atitude visa patentear seu apoio à realização de "uma CPI sobre os políticos", como ela resumiu proposta de que todos os políticos abram o sigilo, feita ontem por Antonio Carlos Magalhães em declaração a órgãos da imprensa.

Quintanilha destaca Palmas como indutora de progresso

A importância da cidade de Palmas, capital do Tocantins, na integração regional foi o tema do pronunciamento de ontem do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO). Ele enumerou as diversas obras que estão em andamento naquela cidade. Quintanilha destacou o início do Projeto Orla, de autoria do arquiteto Rui Otake, e que será construído às margens do lago formado pelo barramento do rio Tocantins com a hidrelétrica do Lajeado Luís Eduardo Magalhães.

O senador explicou que ainda estão sendo construídos o Terminal Rodoviário, o Aeroporto Internacional e o Estádio de Fu-

tebol Nilton Santos. Segundo Quintanilha, o desenvolvimento do estado do Tocantins é o fator de integração regional. "Tocantins é o estado da acomodação e do suporte da ocupação da Amazônia", afirmou.

O senador disse que o sul do Pará e o oeste da Bahia já têm buscado no Tocantins exemplos nas áreas de educação e saúde para o surto de desenvolvimento que estão experimentando nos últimos anos. "Palmas não é apenas uma cidade, um aglomerado urbano; é um dos mais importantes projetos que se implantam no interior do país para a promoção da integração", frisou.



Para Quintanilha, "o Tocantins é o estado da acomodação e suporte da ocupação da Amazônia"

Viana elogia lançamento do Programa de Saúde Oral

Ação do ministério é inovadora e das mais importantes na área da medicina preventiva, segundo o senador acreano

O lançamento do Programa de Saúde Oral, pelo Ministério da Saúde, é uma ação inovadora das mais importantes na área de medicina preventiva, avaliou o senador Tião Viana (PT-AC) em pronunciamento ontem. O programa permitirá o diagnóstico prematuro de doenças como câncer de boca, endocardite infecciosa, colites e afecções gástricas.

A decisão do ministro José Serra, acrescentou, foi referendada pelo Conselho Federal de Odon-



Viana: programa permite diagnóstico prematuro de diversas doenças

tologia, que sugeriu intervenção mais ampla e profunda por parte dos 10 mil cirurgiões-dentistas que darão atendimento odontológico pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Até agora, essa intervenção tem-se limitado às extrações dentárias.

O fato de o país ter 40 milhões de pessoas com comprometimento dentário explícito evidencia, na opinião do senador, a importância do novo programa. Cerca de 20 milhões delas poderão ter aces-

so a tratamento dentário pela rede pública, bastando que os prefeitos estabeleçam parcerias de seus municípios com os respectivos governos estaduais e conselhos regionais de odontologia, disse.

VITÓRIAS DO PT

Tião Viana também comentou os resultados do segundo turno das eleições municipais, em que seu partido obteve "vitória maciça, de enorme significado para a história política do país". A vitória em 13 de 16 prefeituras de grande representação populacional aumentou a responsabilidade do PT e patentearia, a seu ver, quanto os brasileiros dão relevância às prioridades sociais e almejam novos métodos de fazer política.

Juvêncio quer proibir exigência de teste

As empresas que oferecem planos de saúde poderão ser proibidas de exigir dos clientes a realização de teste genético para detecção prévia de doenças. É o que prevê projeto de lei apresentado pelo senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) e enviado na última quarta-feira à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde tramita em caráter terminativo.

A legislação atual estipula que ninguém pode ser impedido de participar de planos privados de assistência à saúde por causa da sua idade ou pela condição de pessoa portadora de deficiência.

Em fase de emendas, o projeto acrescenta a este dispositivo a proibição da exigência de teste genético.

"A exigência por um plano ou seguro de saúde do conhecimento antecipado do conteúdo genético de um cidadão é sem dúvida discriminatória e atenta contra a sua privacidade", afirma Juvêncio, para quem a tecnologia disponível para os testes



Juvêncio: planos de saúde não podem exigir exame dos futuros clientes

genéticos não deve ser utilizada como instrumento de diminuição de custos das empresas de seguros de saúde.

O Reino Unido, recorda o senador, autorizou recentemente a solicitação de testes pelas empresas de seguros, inicialmente para doenças de Huntington – um distúrbio cerebral degenerativo – e de Alzheimer, geralmente contraída na velhice.

Júlio Eduardo: saúde da mulher avança

O senador Júlio Eduardo (PV-AC) elogiou ontem medidas que vêm sendo tomadas pelo Ministério da Saúde na área da saúde da mulher, como a redução do número de cesarianas, a disseminação dos métodos contraceptivos e a intensificação de ações para prevenção da transmissão da Aids em mulheres e recém-nascidos. Segundo ele, tais medidas ampliaram o acesso da po-



Senador Júlio Eduardo ressaltou esforços em prol da saúde da mulher

pulação feminina aos serviços de saúde.

Segundo ele, houve um aumento do número de consultas de pré-natal, que quadruplicou nos últimos cinco anos, passando de 1,8 milhão, em 1994, para 7,6 milhões, em 1998.

Para o senador, problemas graves que a mulher enfrenta – como a mortalidade materna e o câncer uterino – vêm sendo tratados com seriedade pelo ministé-

rio, que está implantando o sistema de atendimento à gestante de alto risco, com a adequação de 142 hospitais e maternidades.

O pronunciamento foi suscitado pelos 41 anos de criação da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) e pela comemoração ontem do Dia do Tocoginecologista, profissional responsável pela assistência à gestação e pelos cuidados ginecológicos. Júlio Eduardo quer a oficialização da data e aproveitou para sugerir a instituição do Dia do Ginecologista. O senador Tião Viana (PT-AC) se associou às homenagens.